



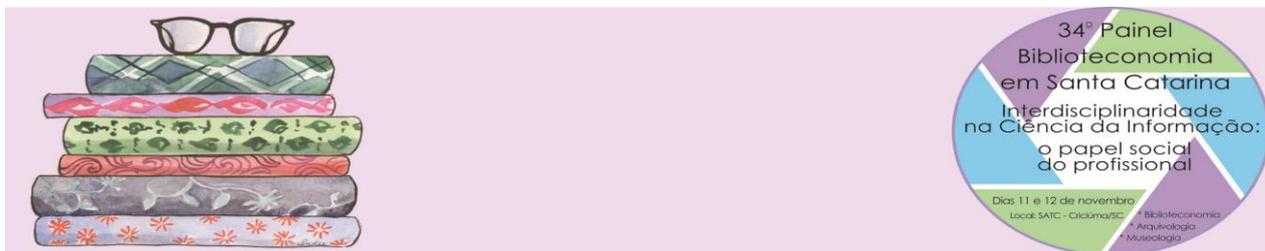
AS RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE A COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E AS DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Rodrigo Pereira¹
Maralucia Martins de Jesus²

RESUMO: A Competência Informacional tem sido discutida em âmbito nacional, especialmente na última década, como metodologia capaz de aprimorar o processo educativo a partir do desenvolvimento de habilidades direcionadas ao acesso, uso e produção de novos conhecimentos, sugestionando o estabelecimento de uma real autonomia do educando. Este artigo resulta de algumas discussões e inquietudes geradas a partir do acesso ao conhecimento que fundamenta a Competência Informacional e, também, da prática profissional dos pesquisadores no cenário educativo. Assim sendo, questionaram-se as Diretrizes Curriculares da Educação Básica brasileira no sentido de perceber se os objetivos ali propostos evidenciam os objetivos cunhados pela Competência Informacional. Nesse sentido, este artigo propõe verificar se existem relações possíveis entre os objetivos da Competência Informacional e os objetivos das Diretrizes Curriculares da Educação Básica brasileira. Partiu-se do pressuposto de que a falta de compreensão pelo cenário educativo em relação aos elementos que evidenciem a prática da Competência Informacional inviabiliza ações contextualizadas e dirigidas ao desenvolvimento da competência citada, distanciando o processo de educação básica brasileiro das questões que se dirigem à própria informação, que se estabelece, na contemporaneidade, como elemento chave ao processo educativo, sobretudo quando propalada à Sociedade da Informação. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de caráter documental, sob a perspectiva qualitativa. Para efeitos da coleta de dados, utilizaram-se as próprias diretrizes curriculares para a educação básica brasileira, especificamente a parte que trata dos seus objetivos, bem como os objetivos da Competência Informacional, caracterizados por Dudziak (2003). O caráter inovador da pesquisa reside em abrir caminho para que, percebidas as relações existentes entre os objetivos das diretrizes curriculares nacionais para a educação básica e os objetivos da Competência Informacional, novos estudos levem a que os objetivos da Competência Informacional passem a ser contemplados nas Diretrizes Curriculares para a educação básica brasileira. Como resultado da pesquisa foi possível perceber que a relação entre os objetivos instituídos nas Diretrizes Curriculares Nacionais e os da Competência Informacional mostra-se ainda em nível apenas ideológico e

¹ Graduado em Biblioteconomia pelo Centro Universitário de Formiga – UNIFORMG (2002). Pós-Graduado em Gestão Estratégica em Recursos Humanos pela Universidade Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ (2006). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Marília. Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Marília. Bibliotecário no Colégio Militar de Campo Grande – MS. Coordenador e Professor no Curso de Biblioteconomia do Instituto de Ensino Superior da FUNLEC – IESF. Consultor em diversas instituições na área de formação. Coordenador o Grupo de Pesquisa sobre Bibliotecas Escolares. E-mail: rp121121@hotmail.com

² Biblioterácia no Instituto de Terapia Cognitiva e Comportamental de Campo Grande – MS – ITCC/MS. Pós-Graduanda em Gestão da Informação, do Conhecimento e Novas Tecnologias pelo Instituto de Ensino Superior da FUNLEC-IESF. E-mail: maralucy12@yahoo.com.br



subjetivo, o que sugere a necessidade de que o processo educacional brasileiro, no que concerne à educação básica, deva aprofundar aspectos da Competência Informacional de modo a prover habilidades capazes de gerar a autonomia necessária ao educando relativamente ao acesso, uso e produção de seu próprio conhecimento. Com base nessa percepção, não se pôde, nesta pesquisa, verificar se de fato a Competência Informacional tem tido espaço e, ainda, se tem sido desenvolvida como parte do arcabouço metodológico das escolas.

Palavras-chave: Competência Informacional. Diretrizes Curriculares Nacionais. Educação Básica.

1 INTRODUÇÃO

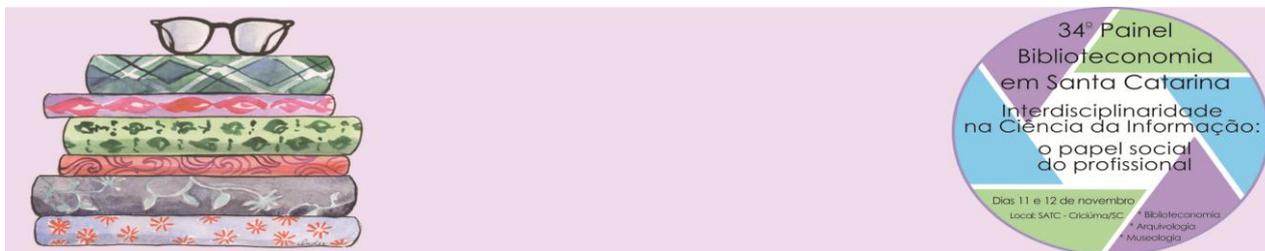
Nas últimas décadas do século XXI, com o aumento da quantidade de informação, notam-se significativas mudanças no contexto global, no que diz respeito ao processo de produção, acesso e uso da informação para os mais diversos fins, sobretudo na esfera educacional, imputando, à escola, aos educadores e aos educandos a apropriação de novas competências. Essas mudanças, por sua vez, e de forma significativa, têm gerado alterações nos fazeres educativos, dirigindo-os, de forma ainda mais expressiva, à socialização da cultura, sob a perspectiva da produção, do acesso, uso, organização e disseminação dos conhecimentos que fundam o processo educativo.

A partir dessa perspectiva, é possível entender a educação como fonte precípua à cidadania e ao empoderamento do sujeito cognoscente à ação efetiva no contexto de suas relações sociais. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, que define as convicções, fundamentos e normas para o processo de desenvolvimento da educação, apresentam elementos norteadores ao fazer da escola e, conseqüentemente, aos fazeres do educador, elementos que se manifestam no cenário educativo a partir das relações de ensino e aprendizagem, materializando os objetivos definidos nas diretrizes curriculares para a educação básica brasileira.

Neste artigo, parte-se do pressuposto de que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica podem manter certo interfaceamento com a Competência Informacional. Desse modo, a problematização que se instaurou, tendo em vista a análise dos objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e dos objetivos da Competência Informacional é se existe interfaceamento explícito entre esses objetivos.

No atual contexto socioeducativo, em que a informação é insumo básico para o desenvolvimento da sociedade e também subsidia a produção e ampliação do conhecimento no processo de ensino e aprendizagem, torna-se necessário compreender as relações que se estabelecem entre as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, especificamente para o Ensino Fundamental II – o recorte desta pesquisa - e a Competência Informacional, esta direcionada à formação autônoma do estudante, dirigindo-o ao ato de aprender a aprender, solidificando seu papel de produtor e usuário efetivo da informação.

No que tange a Competência Informacional, fica evidenciada sua significativa importância como estratégia para o aprimoramento do ensino e aprendizagem, entendendo-a



como elemento complementar à compreensão do novo contexto social, inserindo os estudantes à sociedade global, proporcionando-lhes a autonomia necessária para o aprendizado ao longo da vida.

Portanto, a presente pesquisa questiona se as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica evidenciam os objetivos da Competência Informacional, especificamente para o ensino fundamental II, como mais um elemento ao enfrentamento das novas demandas socioeducativas. Objetivou-se, por assim dizer, verificar a existência dessas relações entre os conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e os padrões da Competência Informacional, com o intuito de perceber essas possíveis relações e de que forma outros elementos da Competência Informacional poderiam contribuir ao processo de ensino e aprendizagem a partir dos elementos normativos estipulados por tais diretrizes.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa exploratória de caráter documental, sob a perspectiva qualitativa, cuja base, para as análises dos dados, foram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, especificamente para o ensino fundamental II e os padrões de Competência Informacional apresentados por Dudziak (2003).

2 CONTEXTUALIZANDO A COMPETÊNCIA INFORMACIONAL

Nesta seção, busca-se contextualizar a Competência Informacional, para melhor compreensão do conceito.

Para Campello, (2006, p. 65):

O termo *Information Literacy* foi usado pela primeira vez nos Estados Unidos em 1974, para designar habilidades necessárias à utilização de bases de dados eletrônicas que estavam sendo comercializadas naquele país desde a década de 1960. Representando os interesses dos produtores dessas bases, Paul Zurkowsky (1974) apresentou naquela ocasião um relatório à *National Commission on Libraries and Information Science* em que defendia a necessidade de preparar as pessoas para utilizar adequadamente esses produtos, já que seu número tendia a crescer em ritmo acelerado.

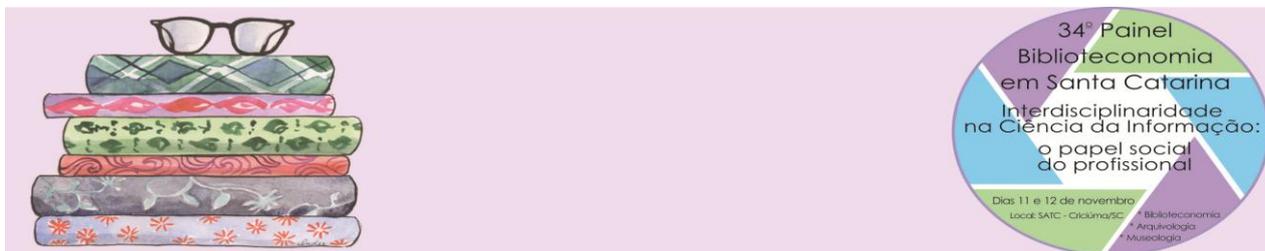
No Brasil, convencionou-se utilizar a tradução do termo *Information Literacy* como Competência em Informação ou, ainda, Competência Informacional, forma utilizada neste artigo.

Como é possível perceber, a essência do termo *Information Literacy* sempre esteve ligada às pessoas e as devidas habilidades para a utilização da informação, à época, dirigidas às bases de dados eletrônicas.

No que tange a apropriação do termo pelo cenário bibliotecário, na década de 1980, após a apresentação do relatório intitulado de: *A Nation at Risk: the Imperative for Educational Reform (UNITED STATES, 1983)*, a classe bibliotecária americana se mobilizava em função do termo criado (CAMPELLO, 2006).

Importante ressaltar, que o relatório citado objetivava apresentar à sociedade americana as reais condições do processo de aprendizagem desenvolvido nas escolas do país. Sendo que, já naquela época, bibliotecários de bibliotecas universitárias e escolares compreendiam as possíveis contribuições da Competência Informacional no processo de aprendizagem, mesmo não tendo sido citados no referido relatório, fato que mobilizou a

Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 440-454, ago./nov., 2016.



classe bibliotecária em função de demonstrar suas capacidades em contribuir com as questões educativas, sobretudo, quando essas diziam respeito ao ensino de habilidades de pesquisa, de uso da biblioteca e de suas respectivas fontes de informação (UNITED STATES, 1986).

No Brasil, Campello (2006) afirma “ser difícil apresentar a ação bibliotecária dirigida à sua construção educativa, fato esse que poderia evidenciar a compreensão brasileira para o termo Competência Informacional”.

Todavia, Dudziak (2003) considera que [...] dadas as devidas proporções, no Brasil, a gênese da *Information Literacy* emanou de bibliotecários que dirigiram suas práticas à educação de usuários”, tais como: Breglia, 1986; Cerdeira, 1975; Ferreira, 1989; Flusser, 1982; Imperatriz, 1986; Milanesi, 1986; Rabello, 1980 e Targino, 1983.

Atualmente, grandes esforços têm sido feitos pelo Grupo de Estudos de Bibliotecas Escolares - GEBE, vinculado a Faculdade de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, coordenado pela professora Bernadete Campello, como também pelo Grupo de Pesquisa em Comportamento em Informação e Competência Informacional, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP-Marília, sob a coordenação da professora Helen de Castro Silva Casarin e, sob a mesma perspectiva dos citados, o Grupo de Pesquisa em Aprendizagem, Comportamento e Letramento Informacional, coordenado pela professora Kelley Cristine Gasque da Universidade de Brasília.

Considerando a importância do tema em evidência, tais instanciamentos de pesquisa muito têm contribuído para a melhor compreensão e desenvolvimento da Competência Informacional brasileira, deve-se ressaltar, porém, que o tema tem sido discutido em outras universidades, escolas e cenários do país, não estando restrito aos citados acima.

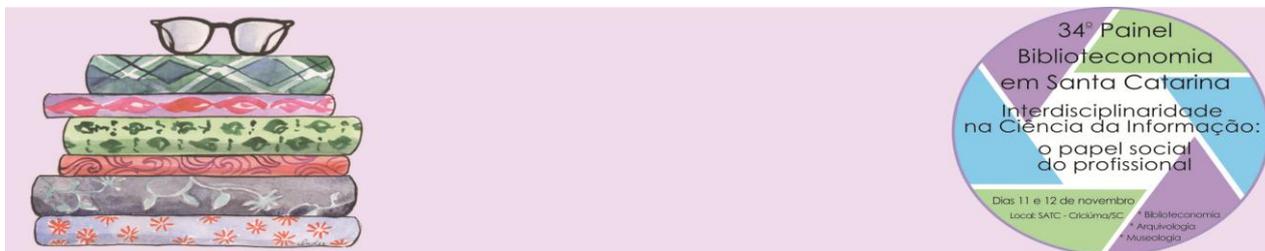
Ainda no que diz a concepção do termo, Pereira (2010) considera que a Competência Informacional é parte do próprio desenvolvimento global, tecnoinformacional, do qual emerge uma nova forma de sociedade em que a informação é o insumo para os mais variados campos de ação e do conhecimento.

Para Pereira (2010, p. 18),

A expansão da propalada Sociedade da Informação, baseada no conhecimento, instituiu significativas alterações em relação à produção, distribuição e troca de informação, imputando aos cidadãos novas Competências, as quais se tornaram indispensáveis à realização pessoal e profissional, exteriorizando a prática plena da cidadania e da aprendizagem ao longo da vida.

Em virtude das mudanças na sociedade da informação, a Competência Informacional utiliza-se de elementos que possibilitam ao sujeito potencializar as habilidades e competências que já possui, bem como gerar aquelas que ainda não existem. Pereira (2010, p. 37) ainda entende que “com as novas exigências da Sociedade da Informação, as Competências necessárias aos indivíduos inseridos neste contexto de mudanças rápidas, se desenvolvem estabelecendo novas formas de pensar, indispensáveis à inserção na Sociedade da Informação”.

Sob essa perspectiva é possível compreender que a sociedade da informação imputa ao indivíduo novas demandas, bem como a necessidade de desenvolver habilidades específicas provenientes de suas experiências de vida e estudantil. Sugere, ainda, que o indivíduo deve



reconhecer que o processo de formação intelectual e profissional é permanente, por isso processual e dependente de habilidades e competências que manifestem a capacidade de uso da informação em seus mais diversos contextos e cenários.

Pozo (2004, p. 11-12, grifo do autor) sugere que:

A cultura simbólica dessa sociedade implica novas formas de aprendizagem, o que sugere a emergência de um modelo de ‘sociedade’, veículos mais eficazes de acesso são os “processos de aquisição desse conhecimento, uma vez que são as ferramentas mais poderosas para espalhar ou distribuir socialmente essas novas formas de gestão do conhecimento” e que podemos denominar ‘sociedade da aprendizagem’.

Considerando esse cenário, buscar perceber as relações possíveis entre a Competência Informacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica é poder estabelecer parâmetros de aprimoramento do desenvolvimento da Competência Informacional, dirigindo o processo educativo para a tão apregoada e discutida autonomia do aprender a aprender.

Sob a perspectiva construtivista, o aprender a aprender pode ser considerado o fim da intervenção pedagógica, que é contribuir para que o aluno desenvolva a capacidade de realizar aprendizagens significativas por si mesmo numa ampla gama de situações e circunstâncias, que o aluno “aprenda a aprender” (COLL, 1994, p. 136).

A Competência Informacional exige do indivíduo um conjunto de múltiplas habilidades, conhecimentos e atitudes, considerando que eles devem estar conscientes de que necessitam da informação para solucionar problemas, saber refletir, ter a capacidade de aprender a aprender e de compreender que o processo de aprendizagem é constante e evolutivo, ao longo da vida pessoal.

Assim sendo, para efeitos desta pesquisa, entende-se Competência Informacional como:

[...] um meio de fortalecimento pessoal. Ela permite, às pessoas, verificar ou refutar a opinião de peritos e tornou os indivíduos candidatos independentes. Dá-lhes a capacidade de construir seus próprios argumentos e de experimentar a excitação da busca do conhecimento. Ela não só prepara-os para a aprendizagem ao longo da vida, mas, ao experimentar a emoção de suas próprias missões de sucesso para o conhecimento, também cria a motivação dos jovens para a prossecução da aprendizagem ao longo da vida. (ALA, 1989, p. 2, tradução nossa).

Com base nessa definição, a Competência Informacional constitui-se em uma estratégia, por meio da qual o indivíduo pode apropriar, experimentar, aperfeiçoar e ampliar suas experiências, possibilitando aprendizagem autônoma e produção de conhecimentos, gerando novas competências que lhes são necessárias, demandadas pelo atual contexto da própria sociedade.

O Comitê Presidencial da *American Library Association* (ALA), define um indivíduo competente em informação da seguinte forma:

Para ser competente em informação a pessoa deve ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação (...). Resumindo, as pessoas competentes em informação



são aquelas que aprendem a aprender. Elas sabem como aprender, pois, sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela (ALA, 1989, p. 1).

Dessa forma, compreende-se que para ser um indivíduo competente em informação é necessário ter autonomia nas tomadas de decisão e habilidades amplas para integrar-se à sociedade da aprendizagem, exercendo seu papel de cidadão, estando consciente de que o aprendizado é permanente, o que justifica o olhar para as Diretrizes Curriculares da Educação Básica Brasileira e suas relações com a própria Competência Informacional.

3 OBJETIVOS DA COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E OBJETIVOS DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II: POSSÍVEIS RELAÇÕES

Neste tópico, a intenção é apresentar os objetivos da Competência Informacional e os objetivos das Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o Ensino Fundamental II, com o intuito de perceber quais são as possíveis relações existentes entre elas, as quais subsidiaram as análises apresentadas neste artigo.

Para tanto, as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica brasileira são entendidas como:

[...] diretrizes que estabelecem a base nacional comum, responsável por orientar a organização, articulação, o desenvolvimento e a avaliação das propostas pedagógicas de todas as redes de ensino brasileiras (BRASIL, 2013, p. 4).

Sustentam-se em três princípios norteadores, quais sejam:

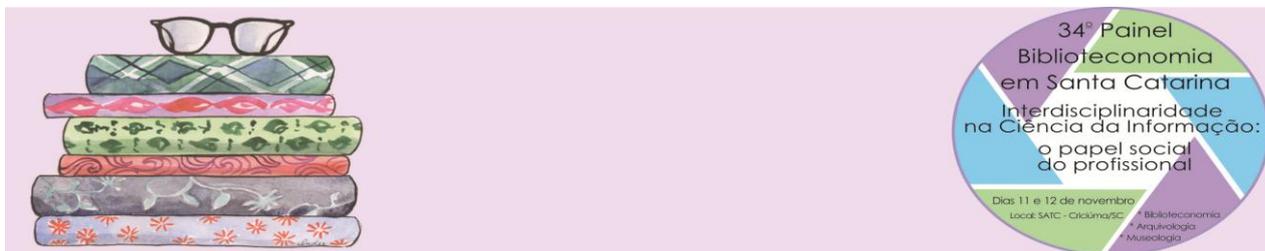
Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito e discriminação.

Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; de busca da equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; de exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; de redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

Estéticos: de cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; de enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; de valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente as da cultura brasileira; de construção de identidades plurais e solidárias (BRASIL, 2013, p. 108).

Com base nesses princípios, os fazeres pedagógicos devem sustentar, manifestando por meios de ações teóricas e práticas o processo de educação do indivíduo ao passo que esse torne explícito tais princípios em suas ações enquanto cidadão pleno, culminando com os objetivos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, os quais buscam:

[...] propiciar o desenvolvimento do educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para que ele



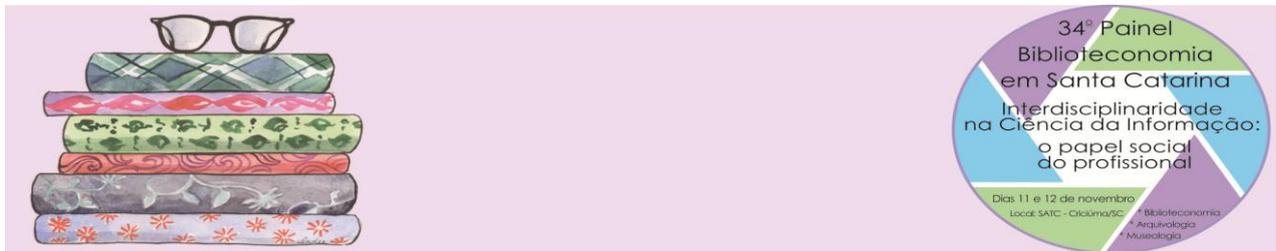
possa progredir no trabalho e em estudos posteriores, bem como os objetivos específicos dessa etapa da escolarização, devem convergir para os princípios mais amplos que norteiam a Nação brasileira.

Como estratégia de aprimoramento do fazer pedagógico, em busca da manifestação dos objetivos das diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental II, nesta pesquisa, revisitou-se os objetivos da Competência Informacional, os quais foram retirados de artigo assinado por Dudziak (2003).

Buscou-se verificar as possíveis relações existentes entre as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental II e a Competência Informacional, os quais serão apresentados no quadro abaixo.

Quadro 1 – Objetivos da Competência Informacional e Objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

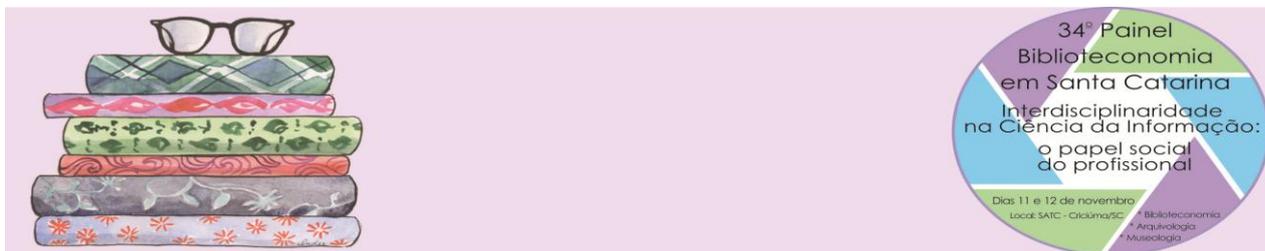
Objetivos da Competência Informacional, transcritos de Dudziak (2003, p. 23-35)	Objetivos descritos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013, p. 130-133)
Primeiro objetivo – Saber determinar a natureza e a extensão de sua necessidade de informação como suporte a um processo inteligente de decisão.	As escolas que ministram esse ensino deverão trabalhar considerando essa etapa da educação como aquela capaz de assegurar a cada um e a todos o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura indispensáveis para seu desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade, assim como os benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da população escolar e das demandas sociais.
Segundo objetivo – Conhecer o mundo da informação e ser capaz de identificar e manusear fontes potenciais de informação de forma efetiva e eficaz.	O direito à educação, entendido como direito inalienável do ser humano, constitui o fundamento maior destas Diretrizes. A educação, ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo ela mesma também um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais.
Terceiro objetivo – Avaliar criticamente a informação segundo critérios de relevância, objetividade, pertinência, lógica, ética, incorporando as informações selecionadas ao seu próprio sistema de valores e conhecimentos.	A educação, de qualidade, como um direito fundamental, é, antes de tudo, relevante, pertinente e equitativa. I – A relevância reporta-se à promoção de aprendizagens significativas do ponto de vista das exigências sociais e desenvolvimento pessoal. II – Pertinência refere-se à possibilidade de atender às necessidades e às características dos estudantes de diversos contextos sociais e culturais e com diferentes capacidades e interesses.
Quarto objetivo – Usar e comunicar a informação, com um propósito específico, individualmente ou como membro de um grupo, gerando novas informações e	De acordo com esses princípios, e em conformidade com o art.22 e o art. 32 da Lei nº9.394/96(LBD), as propostas curriculares do Ensino Fundamental visarão desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum



<p>criando novas necessidades informacionais.</p>	<p>indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, mediante os objetivos previstos para esta etapa da escolarização, a saber: III – A aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo.</p>
<p>Quinto objetivo – Considerar as implicações das ações e dos conhecimentos gerados, observando aspectos éticos, políticos, sociais e econômicos extrapolando para a formação da inteligência.</p>	<p>Os sistemas de ensino e as escolas adotarão, como norteadores das políticas educativas e das ações pedagógicas, os seguintes princípios: I- Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. II – Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos ambientais; da busca a equidade no acesso à educação, à saúde, ao trabalho, aos bens culturais e outros benefícios; da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades; da redução da pobreza e das desigualdades sociais e regionais</p>
<p>Sexto objetivo – Ser aprendizes independentes.</p>	<p>O currículo do Ensino Fundamental é entendido, nesta Resolução, como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes.</p>
<p>Sétimo objetivo – Aprender ao longo da vida.</p>	<p>As experiências escolares abrangem todos os aspectos do ambiente escolar; aqueles que compõem a parte explícita do currículo, bem como os que também contribuem, de forma implícita, para a aquisição de conhecimentos socialmente relevantes. Valores, atitudes, sensibilidade, e orientações de conduta são veiculados não só pelos conhecimentos, mas por meio de rotinas, rituais, normas de convívio social, festividades, pela distribuição de tempo e organização do espaço educativo, pelos materiais utilizados na aprendizagem e pelo recreio, enfim, pelas vivências proporcionadas pela escola.</p>

Quadro 1 – Objetivos da Competência Informacional e Objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. (Continuação)

Fonte: Própria (2015)



Diante do exposto, ao se estabelecer um paralelo, de forma subjetiva, entre os objetivos da Competência Informacional e os objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, especificamente para o ensino fundamental II, recorte feito nesta pesquisa, é possível estabelecer algumas relações conceituais que evidenciam certa relação entre ambos os “instrumentos” norteadores à formação autônoma e bem articulada com o cenário atual da sociedade, o que será apresentado na parte da análise dos resultados.

4 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa se caracterizou como exploratória, sob a perspectiva documental, ao considerar o uso e análise das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica como principal instrumento de coleta de dados, dando ênfase à abordagem qualitativa.

Segundo Andrade (2005, p. 124),

A pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico. São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quando bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação do tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente.

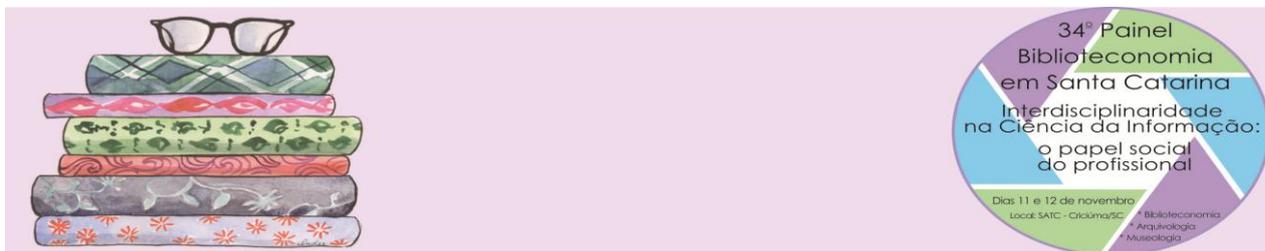
No que diz respeito às possíveis relações entre os objetivos da Competência Informacional e os das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, o intuito que se tinha com a pesquisa foi, exatamente, o de evidenciar outras informações sobre os temas propositados, podendo, a partir de suas análises, hipotetizar e/ou formular novos questionamentos em torno dessas relações.

Considera-se, também, revistando Marconi e Lakatos (1999, p. 64), uma vertente documental da própria pesquisa, como já referido, na medida em que se utilizaram as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e um artigo de Dudziak (2003), como instrumento de coleta de dados. As autoras observam que “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que denomina de fontes primária”.

Ainda como parte do contexto da metodologia, deu-se ênfase à perspectiva qualitativa. Para Marconi e Lakatos (2004, p. 269) “A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações de hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc”.

Como se pode perceber, as análises dos resultados evidenciam aspectos relacionados a hábitos, atitudes e, sobretudo, tendências de comportamentos humanos, os quais manifestam o próprio desenvolvimento da Competência Informacional ou não, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, no contexto educativo, sendo essas manifestações a própria materialização do pensamento educacional dirigido ao cumprimento das prerrogativas emanadas pelas diretrizes curriculares.

Ainda para efeitos desta pesquisa, realizou-se o recorte da educação básica, definindo o Ensino Fundamental II como cenário da análise, tomando-se como parâmetro teórico



principal a dissertação de Pereira (2010), que consiste em uma pesquisa-ação no contexto escolar, com educandos do 6º e 7º anos, enquadrados no Ensino Fundamental II.

Dessa forma, nesse direcionamento metodológico desenvolveu-se esta pesquisa, como também as análises dos dados, estabelecendo as possíveis relações entre os objetivos dos documentos citados, sobretudo a partir de uma abordagem ideológica, conforme descritos na próxima seção deste artigo.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao se estabelecer um possível paralelo entre os objetivos da Competência Informacional e os objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, especificamente para o ensino fundamental II, recorte feito nesta pesquisa, torna-se evidente que há aspectos ideológicos relacionados ao processo de educação dos sujeitos envolvidos no recorte da pesquisa.

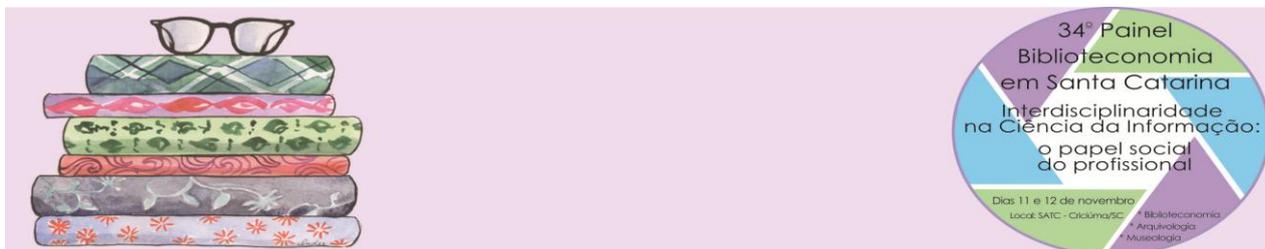
Há evidências que sugestionam, em ambos os objetivos, elementos ideológicos que se entrecruzam em função da formação autônoma, humanista e sociopolítica, como se pode perceber no segundo objetivo das Competências Informacionais (cf. Quadro 1) - conhecer o mundo da informação, sendo capaz de utilizar as fontes corretas para as ações - que se entrelaçam com os aspectos que envolvem o desenvolvimento do potencial humano, sobretudo aqueles direcionados aos direitos civis, políticos, sociais e do direito a diferença, elencados nos objetivos das diretrizes curriculares.

Essa perspectiva vai ao encontro da definição da ALA (1989) a qual sugere que para o sujeito ser competente em informação, “deverá ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e deverá ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação”.

Aspectos que se dirigem à exposição ao conhecimento, sugestionando o desenvolvimento da percepção do educando em relação à relevância da informação para o seu dia-a-dia, como objetivo de lhe proporcionar formação autônoma, é percebido no objetivo um da Competência Informacional, em que o fator saber determinar a natureza e a extensão de sua necessidade de informação mantém certa congruência com o objetivo listado nas diretrizes curriculares, as quais sugerem que as escolas ministrem ensino que seja capaz de assegurar ao educando o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura, que são elementos indispensáveis ao desenvolvimento pessoal e intelectual.

Para Demo (2002), na atual conjuntura, dois aspectos chamam a atenção na sociedade, o informacional e o global, cenários que caracterizam o meio ambiente dos educandos contemporâneos, demandando da escola o desenvolvimento de competências informacionais que lhes permitam o livre acesso ao conhecimento e, conseqüentemente, aos elementos de cultura universal.

Do ponto de vista da análise que se destina este artigo, mesmo que a partir de um campo ideológico, subentende-se haver certa congruência entre os objetivos postulados, o que, entretanto, não torna possível dizer que se manifeste no cenário escolar, em sentido prático, os objetivos citados, já que para tanto, seriam necessárias outras pesquisas que se desenvolvessem em campo, sob a perspectiva exploratória, e que pudessem vasculhar os fazeres docentes e discentes em detrimento dos objetivos postulados em ambos os documentos.



Ainda se tratando das análises, chama atenção, no quadro 1 da seção anterior, o objetivo terceiro, o qual, do ponto de vista da Competência Informacional, busca desenvolver no educando a habilidade de avaliar criticamente a informação segundo critérios de relevância, objetividade, pertinência, lógica e ética, incorporando as informações selecionadas ao seu próprio sistema de valores e conhecimentos. Sob a perspectiva das diretrizes curriculares, a relevância, pertinência e equidade no processo educativo são elementos que caracterizam qualidade de ensino, ficando sugestionada, aqui, a importância de se estabelecerem processos educativos fundamentados na Competência Informacional para o real desenvolvimento dessa perspectiva qualitativa no processo de educar.

Corroborando esse pensamento Demo (2002), ao tratar a complexidade da aprendizagem uma condição inerente a capacidade crítica do educando em avaliar e utilizar as informações para resolução de seus problemas de pesquisa e da própria vida.

Em harmonia aos apontamentos de Demo (2002), Kuhlthau (1999) afirma que “sob a perspectiva conceitual o termo Competência Informacional fundamenta-se na condição da criticidade, onde o educando deva possuir a capacidade de entender o processo de aprendizagem em ambientes ricos em informação”.

É possível, dessa forma, a partir da análise do terceiro objetivo, compreender a Competência Informacional como parte determinante para o desenvolvimento do processo de ensino, vislumbrando a aprendizagem sob a expectativa qualitativa do próprio aprender, ao passo que seu desenvolvimento reflita ações teóricas e práticas capazes de gerar no educando a capacidade de perceber a importância da informação, bem como, educá-lo para o acesso, uso ético e produção de novos conhecimentos como parte de suas ações sociais, econômicas e políticas.

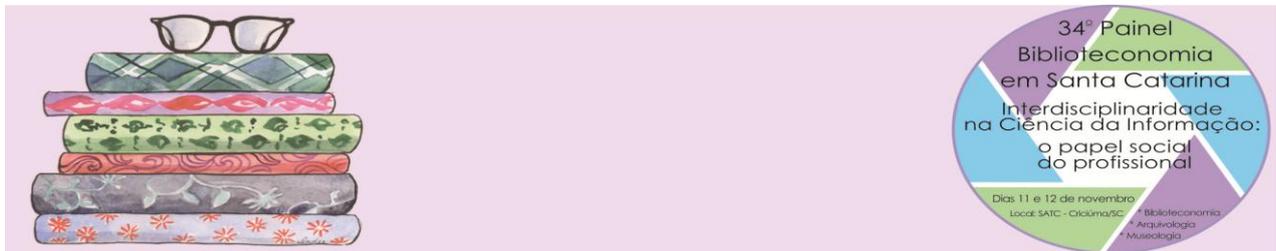
Com relação ao quarto objetivo é possível fazer as seguintes inferências: do ponto de vista da Competência Informacional o educando necessita usar e comunicar a informação com propósitos específicos, individualmente e/ou em grupo, sendo capaz de gerar novas informações, novas demandas por mais informações.

No contexto das diretrizes, o objetivo quarto ressalta que as propostas curriculares do ensino fundamental devem visar o desenvolvimento do educando fornecendo-lhe os meios necessários para progredir no trabalho e em estudos posteriores, bem como a aquisição de conhecimentos e habilidades, sombreadas por uma formação atitudinal e pautada em valores capazes de proporcionar-lhes uma visão crítica do mundo, ou seja, o que objetiva a Competência Informacional é mais uma estratégia à culminância do objetivo de tais diretrizes.

Demo (2004) ressalta que os desafios modernos da educação evidenciam que “é fundamental a instrumentalização eletrônica para ocupar espaços crescentes do repasse do conhecimento, abrindo outros de pesquisa e orientação para a pesquisa, oportunizando aos educandos uma ação autônoma em direção a aquisição de novos conhecimentos”.

Como se percebe, a própria Competência Informacional torna-se um recurso para o desenvolvimento educacional capaz de auxiliar na materialização dos objetivos elencados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, ao considerar que sua abordagem deva ser prática, vivencial, processual e parte das ações das bibliotecas escolares como instrumentos de manifestação curricular.

Nota-se, também, ao analisar o paralelo traçado entre os objetivos da Competência Informacional e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, que o quinto,



sexto e sétimo objetivos, de ambas as perspectivas, sugerem a própria caracterização do “sujeito autônomo” (DEMO 2004), provido de todos os recursos e competências necessárias para se posicionar como agente de mudança em quaisquer que sejam os cenários vivenciados.

A observação de elementos éticos, políticos sociais e econômicos, a capacidade de os sujeitos se tornarem atores de sua própria aprendizagem, de forma permanente e processual, resultam da oferta de possibilidades apresentadas pela própria escola, que deve considerar o currículo como a constituição de experiências que manifestem o próprio conhecimento, sejam elas oriundas do currículo implícito e/ou explícito, são as “marcas” expressas em ambos os objetivos, os da Competência Informacional ou os das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa demonstrou aspectos relacionados à Competência Informacional e às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, especificamente aqueles que tratavam dos seus respectivos objetivos enquanto parâmetros de desenvolvimento do educando sob uma perspectiva humanística, fundamentada nas novas demandas sociais, sobretudo daquelas que dependem da capacidade de lidar com a informação como forma de gerar autonomia no aprender ao longo da vida.

Foi possível identificar que do ponto de vista ideológico há relações entre as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Competência Informacional, ao passo que a descrição do educando que se espera se apresenta com certas congruências entre os objetivos elencados.

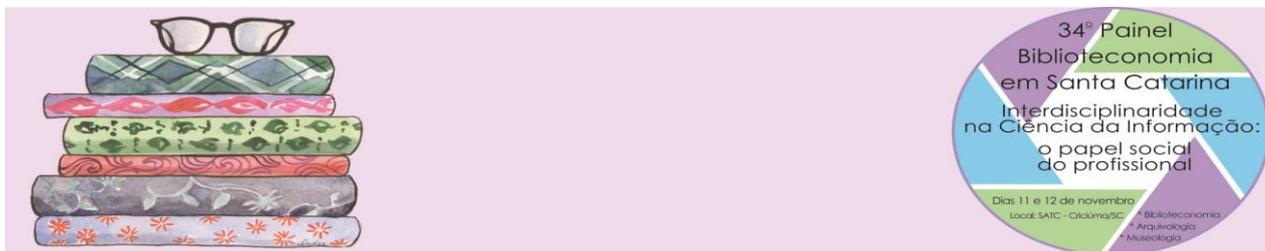
Assim sendo, no que concerne às possíveis relações ideológicas entre os objetivos analisados nesta pesquisa, ao considerar aspectos subjetivos, intrínsecos aos objetivos analisados, pôde-se perceber que há congruência entre as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Competência Informacional ao passo que ambas tendem a possibilitar aos educandos o mesmo fim e/ou objetivo, ou seja, a tão buscada autonomia no aprender a aprender.

Considera-se ainda, que o tema Competência Informacional, mesmo não sendo algo tão embrionário no Brasil, ainda carece de muito espaço, discussão e experimentação no cenário da educação básica brasileira.

Por fim, no que diz respeito às análises desta pesquisa, entende-se que o que está sugestionado de fato se dirige à um modelo de educação sustentado no educando, sob a perspectiva humanística, dando evidência aos aspectos críticos, sociais e políticos, os quais serão construídos a partir da perspectiva informacional.

O que se espera, portanto, são ações colaborativas entre as instâncias responsáveis pela educação e biblioteconomia brasileira, em busca da constituição de parcerias que emanem de órgãos superiores e que cheguem efetivamente até as escolas de todo o país, as quais devem utilizar das bibliotecas escolares como suporte ao desenvolvimento do aprender a aprender.

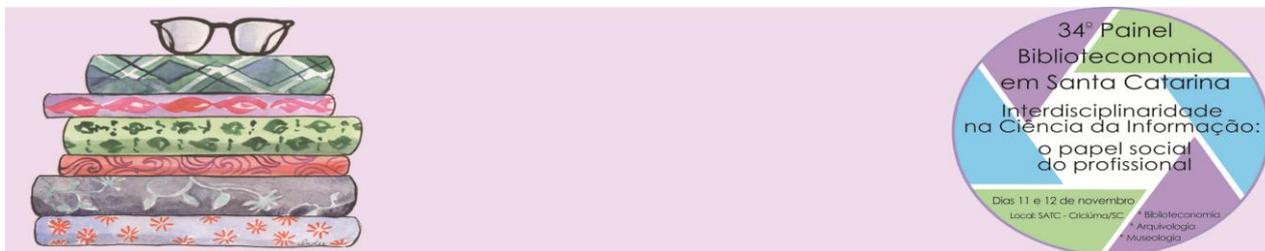
Assim sendo, sugere-se o desenvolvimento de outras pesquisas capazes de trazer à tona evidências do fazer pedagógico no âmbito das escolas públicas brasileiras, sobretudo no recorte propositado nesta pesquisa, o Ensino Fundamental II, que poderão evidenciar a prática da Competência Informacional ou não, abrindo novos espaços de discussões, experimentações e aderências aos fazeres pedagógicos nas escolas brasileiras.



Como se pôde perceber, desenvolver a Competência Informacional no âmbito da educação brasileira, conforme sugerido por Pereira (2010) e ALA (1989), tornou-se uma questão indispensável em função da formação do educando que se deseja ter. Por isso, perceber a Competência Informacional como “recurso” metodológico à formação do educando brasileiro é uma questão notória e urgente, pois, para esta pesquisa, formar cidadãos autônomos no aprender a aprender, sem educá-los para os desafios da sociedade da informação e, ao mesmo tempo, sem empoderá-los para as tomadas de decisão, é um percurso que destoa do objetivo proposto ao processo educativo, qual seja: educar para a autonomia do aprender a aprender ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Presidential Committee on Information Literacy**: final report. Washington, D.C., 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/publications/whitepapers/presidential.cfm#importance>>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- ANDRADE, Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação. Câmara Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BREGLIA, V. L.; GUSMÃO, H. R. **A informação como fator de democratização**. Revista Bras. Bibl. De Brasília, v. 14, n. 1, p. 19-25, 1986.
- CAMPELLO, Bernadete. A escolarização da competência informacional. RBB. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 2, n. 2, 2007.
- CERDEIRA, T. A biblioteca escolar no planejamento educacional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 8., Brasília, 1975. **Anais...** Brasília, 1975.
- COLL, C. S. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- DEMO, Pedro. **Complexidade e aprendizagem**: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Pesquisa participante**: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Líber, 2004.



DUDZIAK, Elizabeth Adriana. Informationliteracy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.

FERREIRA, S. M. S. P. **Serviço referencial**: caracterização e conceituação. 1989. São Paulo. Dissertação (Mestrado) - ECA, USP.

FLUSSER, V. A Biblioteca como instrumento de ação cultural. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 11., João Pessoa, 1982. **Anais...** João Pessoa, 1982.

IMPERATRIZ, I. M. M. **Usuários de bibliotecas universitárias**: alunos de graduação dos cursos de Química, Farmácia e Bioquímica da USP (Campus São Paulo). São Paulo. 1986. Dissertação (Mestrado) - ECA, USP.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MILANESI, L. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEREIRA, Rodrigo. **Aplicação da competência em informação no contexto escolar**: uma experiência no Colégio Militar de Campo Grande – MS. 2010. 228 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

POZO, Juan. **Aquisição de conhecimento**: quando a carne se faz verbo. Tradução de Antonio Feltrin. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RABELLO, O. C. **Análise do campo de conhecimento relativo a usuários de bibliotecas**. Belo Horizonte. 1980. Dissertação (Mestrado) - EB, UFMG.

TARGINO, M. G. L. **A biblioteca na concepção de escolares**: influências de variáveis do ambiente escolar. João Pessoa. 1983. Dissertação (Mestrado) - UFPB.

UNITED STATES. National Commission on Excellence in Education. **A nation at risk**: the imperative for educational reform. Washington, DC: U.S. Government Printing Office, 1983.



EXISTING RELATIONS BETWEEN INFORMATION LITERACY AND THE CURRICULAR GUIDELINES OF BRAZILIAN BASIC EDUCATION

ABSTRACT: The information literacy has been discussed at the national level, especially in the last decade, as a methodology capable of improving the educational process from the development of skills towards the access, use and production of new knowledge, suggesting the establishment of a real autonomy of the student. This article is the result of some discussions and worries generated from the access to knowledge as the basis of information literacy and also the professional practice of the researcher in the school context. Thus the Curriculum Guidelines of the Brazilian Basic Education is questioned in order to perceive whether its proposed objectives are highlighted in the objectives designed by information literacy. In this sense, this article aims to check for possible links between the objectives of information literacy and the objectives of the Curriculum Guidelines of the Brazilian Basic Education. The starting point was the assumption that the lack of data showing the practice of information literacy prevents contextualized and targeted actions to the development of the aforementioned literacy, distancing the Brazilian basic education process from the issues guided to information itself, established in contemporaneity, as a key element to the educational process, especially when vaunted to the Information Society. This is an exploratory research, of a documentary nature under the qualitative perspective. For the purposes of data collection, the goals cited in the Curriculum Guidelines for the Brazilian Basic Education was used, as well as the objectives of information literacy, characterized by Dudziak (2003). The innovative feature of the research lies in opening the way to new studies which aims the inclusion of the information literacy goals into the curriculum guidelines for the Brazilian basic education, once the relationship between the objectives of national curriculum guidelines for basic education and the goals of information literacy has been identified. As a result of the research it was noticed that the relationship between the objectives set in the National Curriculum Guidelines with the information literacy goals is shown only in ideological and subjective level, which suggests the need for the Brazilian educational process regarding the basic education, where it should deepen aspects of information literacy in order to provide skills and competencies able to generate the necessary autonomy to the student with regard to access, use and production of their own knowledge. Based on this perception, this research could not conclude if, in fact, the information literacy has had space and also has been developed as part of the methodological framework of the schools.

Keywords: Information literacy. National Curriculum Guidelines. Basic education.